

POLÍTICA

# Parlamentarismo já está garantido

O aval foi dado pelos líderes do PMDB, PCB, PC do B e PSB que integram a Comissão de Sistematização. Mas eles rejeitam o segundo turno indireto.



Nas filas, a garantia dos parlamentares.



As constituintes: acertos.



Raphael: diálogo.



Prisco: reunião com Sarney.

A pesar de todas as evidências, o presidente Sarney não desiste. E insiste numa estratégia para reverter a tendência parlamentarista. Ela começa por uma orientação expressa a todos os ministros com influência na área política: cobrar dos constituintes os favores prestados por suas Pastas em troca de votos a favor do presidencialismo na Comissão de Sistematização. Essa instrução já enfrenta obstáculos. O ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, não concorda — e disse ao próprio Sarney, na sexta-feira, quando foi convidado com outros seis ministros para um café da manhã no Alvorada. Na verdade, Raphael não acredita que o parlamentarismo seja a melhor opção para o País, mas tentou mostrar que, no momento, a melhor tática não é a pressão, mas o diálogo e a negociação. Ninguém o contestou.

Raphael, segundo seus assessores, foi o único a rebater a forma de pressão que o governo vem arquitetando. No dia seguinte ao café com os ministros, Sarney convocou os líderes do movimento parlamentarista para uma conversa — e cobrou deles apoio ao presidencialismo. Mas teve uma nova desilusão. A saída do encontro, o senador José Richa (PMDB-PR) garantiu que, em respeito a compromissos assumidos com o eleitorado, não poderia apoiar o presidente. Mas, segundo Richa, Sarney está disposto a fazer a mesma cobrança a todos os constituintes seus amigos.

Não será fácil. Dos 49 peemedebistas que integram a Comissão de Sistematização apenas 12 votam pelo presidencialismo. A avaliação foi levada ontem a Sarney pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, durante uma reunião da qual participaram ainda o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o líder do governo, Carlos Sant'Anna e o deputado Prisco Viana.

## Sarney insiste. E recomenda mais pressão.

"O quadro pode ser reversível, mas é difícil", ponderou Lourenço. Depois, em conversa com os repórteres, o líder do PFL relatou que o encontro se destinou a uma avaliação de votos: "O presidente nos dirigiu apelos para que arranjemos mais apoios". A única forma para conseguir isso, segundo Lourenço, é "conversando". "Se o presidente, no regime presidencialista, quiser reverter o quadro, consegue. Depende só de decisão com determinação."

### Ganhar Tempo

Enquanto o Planalto continua na batalha para conseguir adesões, o senador José Richa prometeu ontem a Sant'Anna que, até amanhã, terá mais uma fórmula parlamentarista de consenso para ser apresentada como destaque ao substitutivo do relator Cabral, capaz de ser negociada com o governo. Sant'Anna já disse que não acredita nessa possibilidade, mas conta com esse tempo para desenvolver a estratégia palaciana e conseguir a vitória do presidencialismo.

Sant'Anna espera contar, nesse seu trabalho, com a influência dos governadores, através dos constituintes de seus estados. Basicamente, o grupo do governo está trabalhando com as emendas presidencialistas dos deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP), Ricardo Fiuzza (PFL-PE), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), considerando haver con-

vergência em cerca de 80% dos dispositivos, segundo Sant'Anna. Mesmo assim, na hora da votação, o grupo apoiará o destaque que obteve preferência, pois todas correspondem, no essencial, aos interesses do governo. Mas será com o PFL que Sarney poderá encontrar mais dificuldades, pois é o partido que mais parlamentaristas tem na Sistematização.

Para resolver esse confronto entre presidencialistas e parlamentaristas, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, acredita que encontrou uma fórmula ideal e aplicável a curto prazo: votar a supressão da expressão "primeiro-ministro" do dispositivo que relaciona cargos privativos de brasileiros natos. Tal pedido de destaque foi formalizado ontem pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), um dos coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário.

Freire e Pinheiro acreditam que a votação permitirá aos dois grupos confirmar com quantos votos podem contar na Sistematização. O resultado da votação, segundo observou Freire, dará melhores condições a cada corrente para avançar ou recuar nos entendimentos. O líder do PCB acha que a decisão preliminar facilitará o exame das disposições transitórias na implantação do parlamentarismo, se for o caso, ou no aperfeiçoamento do sistema presidencialista.

O destaque foi solicitado para suprimir a expressão "primeiro-ministro" da relação de cargos apenas para brasileiros natos na convocação de que os parlamentaristas votaram contra e os presidencialistas a favor — o que revelará, de imediato, o quadro da Comissão de Sistematização. Ontem, em um novo levantamento informal entre os 93 integrantes da comissão, obteve-se o seguinte resultado: 42 parlamentaristas, 41 presidencialistas e 10 não identificados.

As vésperas do início da votação do polêmico substitutivo de Bernardo Cabral pela Comissão de Sistematização, os líderes das correntes parlamentaristas chegaram a um acordo, comprometendo-se a aprovar o regime parlamentar já em 88, tendo assumido ainda o compromisso de rejeitar a proposta de submeter ao Colégio Eleitoral a decisão sobre o segundo turno, na escolha do futuro presidente da República. Já os presidencialistas poderão aceitar a emenda que prega o parlamentarismo por etapas — 88, 89 e 90 — se constatarem, até amanhã, que são minoria naquele órgão. O PTB insiste, porém, num plebiscito como forma de evitar o confronto entre o Planalto e a Constituinte.

Os líderes peemedebistas na Constituinte, Euclides Scalco, na Câmara, Luiz Henrique, no Senado, Fernando Henrique Cardoso, do PC do B, Haroldo Lima, do PCB, Roberto Freire, e do PSB, Jamil Haddad, divulgaram nota manifestando aprovação à adoção do sistema parlamentarista "que corresponde aos anseios da maioria das bancadas que representam e que foi muito bem interpretado pelo relator".

Ao rejeitarem o segundo turno indireto na escolha do presidente da República, "uma vez que a eleição direta no sistema de dois turnos é conquista democrática que deve ser preservada", reafirmaram também não concordar com a implantação do parlamentarismo no âmbito municipal, e que no plano estadual a implantação do sistema não deverá ocorrer antes do término dos mandatos dos atuais governadores.

Mas o acordo entre os líderes pára por aí, embora sejam majoritários na Comissão de Sistematização, conforme garantiu o senador José Fogaça. Os adeptos do parlamentarismo não conseguiram, entretanto, se entender como e quando ele será implantado. A liderança do PMDB, segundo Euclides Scalco, aceita um período de tran-

sição de 12 meses, mas defende quatro anos de mandato para Sarney. Nessa fase, não poderá haver voto de censura ao primeiro-ministro, escolhido pelo presidente da República, mas aprovado pela Câmara. Se a Casa rejeitar a indicação, o presidente terá de renová-la até ser aceita, sem possibilidades de dissolução da Câmara.

Com essa fórmula, contudo, não concorda o grupo liderado pelo senador José Richa, que defende a implantação gradual do sistema, em 1988, e no primeiro ano não aceita moções de censura, enquanto a indicação do primeiro-ministro não depender da aprovação da Câmara.

O grupo coordenado por Richa está em entendimentos com os presidencialistas, baseado na emenda Bonifácio de Andrada: ela estabelece ainda que em 1989 haverá moção de censura, necessitando, porém, do apoio de dois terços dos deputados para ser aprovada. Em 1990, o sistema de governo parlamentar será adotado plenamente, com o primeiro-ministro exercendo as atribuições de chefe de governo.

As eleições diretas serão realizadas a 15 de novembro de 1990, com a posse do sucessor de Sarney em janeiro ou março de 1991. O atual presidente, pela emenda, terá mandato de seis anos.

Os parlamentaristas graduais avaliavam ontem que, se a emenda Bonifácio de Andrada tiver o apoio, por escrito, de 20 a 25 parlamentares, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, poderia conseguir sinal verde do Palácio do Planalto para completar o quorum de 47 assinaturas, consolidando a maioria na Sistematização formada por 93 parlamentares.

### A pressão do Planalto

Enquanto isso, o relator Bernardo Cabral lamentava ontem a falta de uma "composição" sobre o sistema de governo e previu, seja qual for o resultado, "sequelas e radicalização de posições". A seu

ver, se o parlamentarismo sair vitorioso — como prevê — o presidente Sarney vai jogar duro e não prestigiará os adeptos desta forma de governo.

Sua previsão coincidiu com a do senador Fernando Henrique Cardoso, que no entanto acha improdutiva uma pressão do governo, "pois a contrapressão será maior". A falta de um acordo, na opinião do líder do PMDB no Senado, deve-se mais "à intransigência do Palácio do Planalto", do que à vontade dos parlamentares em negociar uma fórmula adequada à realidade brasileira. Disse ainda que a preocupação, agora, é conciliar as propostas que apresentem semelhanças, como as dos senadores Afonso Arinos e Nelson Carneiro. "Resta-nos realizar a fusão para garantir as eleições diretas para presidente em dois turnos", acrescentou, prevendo que antes de decidir pressionar a Constituinte "o presidente acabará fazendo um acordo".

A derrota presidencialista também foi prevista pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, que criticou "a falta de vontade política do governo", para fazer prevalecer seu ponto de vista na Assembleia.

O secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, por sua vez, passou a manhã de ontem trabalhando a favor do destaque, pela realização do plebiscito, a ser promovido em novembro de 1988 simultaneamente com as eleições municipais, para ouvir o povo sobre o novo sistema de governo. O líder Gastone Rigli, do PTB, apoiando Saulo, preferiu apelar à conciliação: "Se o Planalto continuar em postura de confronto, não vamos ter nem parlamentarismo nem presidencialismo. A saída é o plebiscito".

Perguntado se o PT votaria em bloco pelo presidencialismo — aprovado em reunião do Diretório Nacional no final de semana —, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) deu seu palpite: "Disciplinados como somos, todos seguirão essa orientação".

## Previsão: os pedidos de destaque podem chegar a 8 mil.

Os pedidos de destaque para votação de partes do segundo substitutivo do projeto de Constituição, deverão atingir a casa dos oito mil, segundo previsão de funcionários da Mesa da Constituinte. Até as 20 horas de ontem, último dia para entrega, haviam sido encaminhados à Comissão de Sistematização um total de 6.924 pedidos e ainda faltavam 318 pessoas a serem atendidas.

O número de pedidos de destaque foi tão grande que desde a tarde começou a surgir a idéia, entre alguns constituintes, de se pedir ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o adiamento por dez dias da votação do substitutivo na Comissão de Sistematização. Esse seria o tempo necessário à Comissão para ordenar os milhares de pedidos de destaque e para que as lideranças partidárias pudessem examiná-los para melhor definir suas posições.

Desde o início da tarde, longas filas se formaram no corredor das comissões técnicas, com funcionários dos gabinetes dos constituintes esperando a vez. O primeiro pedido de destaque foi entregue pelo deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que pretende a criação do Estado de Tocantins, juntamente com mais seis estados, além da elevação de dois territórios a estado.

Coube ao PDT a apresentação do primeiro pedido sobre sistema de governo, através do deputado Vivaldo Barbosa (RJ), prevendo a

permanência do sistema presidencialista e reduzindo o mandato do presidente Sarney para quatro anos.

No entanto, o primeiro tema polêmico a entrar em votação na Comissão de Sistematização, com início previsto para amanhã, será o que estabelece a garantia de emprego, com o trabalhador "protegido contra a demissão imotivada". Isso porque, de acordo com o regimento, a votação se dará por títulos ou capítulos, segundo a ordem adotada pelo substitutivo.

### Críticas

Fazendo coro às críticas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, atacou principalmente o dispositivo que prevê a transferência para os Estados e municípios de 47% dos recursos arrecadados pela União. Ele defendeu a necessidade de estudos mais profundos sobre a questão tributária, antes de se apresentar qualquer sugestão, e lamentou: "O que nós vimos foi a criação de lobbies para dividir o bolo da receita, que levou a um sistema que não é muito adequado, pois determina a transferência dos recursos, mas não diz o que os Estados e municípios farão com esses recursos".

Teixeira também reclamou da definição de empresa nacional, que, segundo ele, pode dificultar a entrada de investimentos estrangeiros no País.

Outro que está preocupado

com o substitutivo é o filho do presidente da República, deputado José Sarney Filho (PFL-MA). Mais especificamente com o dispositivo estabelecendo que são inelegíveis para qualquer cargo — ressalvados para o que já exercem mandato eletivo — o cônjuge ou os parentes até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, do presidente da República, do governador e do prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato. Com isso, Sarney Filho não poderá concorrer ao governo do Maranhão, nem sua irmã, Roseana, poderá concorrer à prefeitura de São Luís. Sarney Filho está, por isso, fazendo articulações para modificar o dispositivo.

Mas se Sarney Filho se considera "prejudicado", pelos menos dois deputados devem estar muito gratos a Cabral: o federal Alvaro Antônio (PMDB-MG) e o estadual Arthur Alves Pinto (PFL-SP). É que os dois são também vice-prefeitos, de Belo Horizonte e de São Paulo, respectivamente, e o substitutivo diz que deputados federais e estaduais que foram eleitos vice-prefeitos, se convocados, poderão exercer a prefeitura sem perda do mandato parlamentar.

De seu lado, o relator Bernardo Cabral garantiu não ter em nenhum momento sofrido pressão ou recebido ordem de qualquer militar para escrever seu substitutivo, como insinuou o deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ).

## CULTURA ARTÍSTICA

75 anos

# ORQUESTRA DE CÂMARA DE SÃO PAULO

regente: Olivier Toni

# COLLEGIUM MUSICUM DE SÃO PAULO

regente do coro: Abel Rocha  
Regina Helena Mesquita, soprano

- Mário Ficarella Ricordanza, para orquestra de cordas (estréia mundial)
- Orejón y Aparicio Mariposa, cantata para soprano, cordas e contínuo
- Anônimo Mineiro do séc. XVIII Dfertório de Nossa Senhora, para coro, cordas e contínuo
- Lobo de Mesquita Missa em F para coro, cordas e contínuo

29 DE SETEMBRO  
TERÇA-FEIRA  
21 HS  
TEATRO CULTURA ARTÍSTICA  
Sala Esther Mesquita/  
R.Nestor Pestana, 196

Ingressos Cz\$ 200,00 Estudante Cz\$ 100,00  
já à venda na bilheteria do teatro e na Casa do Livro Azul, R.Arthur de Azevedo, 724 Tel. 64-0254

Patrocínio: **VOTORANTIM**

Promoção: **AM** 700 kHz

**"E**u gostaria de ter estadistas no Brasil, em lugar de improvisadores." Com essa afirmação, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, justificou ontem (em entrevista ao programa Bom dia Brasil, da Rede Globo) porque defende a implantação do sistema parlamentarista já em 88, embora tenha admitido que o País pode não estar preparado para esta mudança, além de não reunir condições para muitas outras coisas.

Durante o noticioso, Cabral parecia agastado e rebateu as críticas feitas contra o texto do novo substitutivo que começa a ser votado amanhã na Comissão de Sistematização. Perguntado a respeito do dispositivo que proíbe o off na atividade jornalística (o anonimato da fonte) o relator disse que se limitou a manter o que havia sido aprovado pelas comissões técnicas. Na verdade, ao introduzir tal proibição no substitutivo, o relator confundiu dispositivo específico da Lei de Imprensa com texto constitucional. Mesmo assim, deu sua opinião: "Eu acho isso bom, quem é profissional sério não precisa esconder-se no anonimato. E aqueles que sabem que podem dar uma informação também não poderão passá-la ao jornalista com aquelas ressalvas comuns das notícias em off".

Para Cabral, manter a fonte no anonimato é uma forma de "jogar lama no semelhante, escondendo-se", como prevê a atual Lei de Imprensa.

O repórter Carlos Monforte, editor do Bom Dia Brasil, lembrou a



## CABRAL "Faltam estadistas." É a sua defesa.

Cabral que se ele tivesse uma visão de como a informação transita antes de ser divulgada, talvez tivesse outra opinião. Mas o relator manteve sua posição: "Eu fui jornalista durante muito tempo e fundador do sindicato do meu Estado (Amazonas). Por isso, conheço muito bem a imprensa e todos esses meandros".

Na sua entrevista, Cabral foi enfático ao rebater as críticas de que se pretendia reviver o Colégio Eleito-

ral. "Isto não é verdade. O que existe no substitutivo é que os candidatos a presidente da República serão eleitos pelo voto secreto, universal e direto. E se nenhum deles obtiver maioria absoluta no primeiro turno, a decisão passa para o Congresso Nacional que, por sua vez, elegerá o presidente entre os candidatos mais votados. Isto se o Congresso quiser, pois haverá ainda a possibilidade de o próprio Legislativo remeter a decisão para uma nova eleição direta."

**Tributos**

O relator não aceita igualmente as críticas de que a parte tributária prevista no substitutivo levaria a União a uma perda de 30% no total dos impostos. "Isto é uma forma de desviar a opinião pública", sustentando que o problema tributário foi cuidado longamente por especialistas na matéria e também em conversações com o ministro Bresser Pereira. "Nós estamos promovendo a descentralização. A União não vai perder; apenas vai deixar de manter esse poder inerte de subjugar os Estados e Municípios" — salientou.

Também no capítulo referente à reforma agrária, Cabral explicou que manteve as disposições do substitutivo anterior por falta de consenso entre as partes, a exemplo do que ocorreu com o sistema de governo.

A tarde, em entrevista, o relator estranhou a reação de setores empresariais, contra dispositivo consagrando a participação do trabalhador nos lucros da empresa e na sua gestão. Ele lembrou que o direito está consagrado desde a Constituição de 1946.

Deixe seu filho descobrir os sons desde pequeno. Dê a ele um

# LIVROPIANO

Na compra de qualquer livro infantil da OESP/Maltese você ganha da Siciliano uma assinatura trimestral da CUCA a revista esperta.

